

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v20i35.1030>

FAZEM VIDA DA LAVOURA: as condições dos lavradores pobres paranaenses no caminho de Viamão (1731-1794)¹

THEY MAKE LIFE OUT OF FARMING: the conditions of poor farmers in Paraná along the Viamão road (1731-1794)

LA VIDA EN EL CAMPO: las condiciones de los campesinos pobres de Paraná en la ruta de Viamão (1731-1794)

FÁBIO PONTAROLO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9899-7982>

Doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Laranjeiras do Sul/Paraná/Brasil

fabio.pontarolo@gmail.com

Resumo: O artigo problematiza a mudança nas formas de coerção e de inserção socioeconômica dos lavradores pobres do território dos Campos Gerais paranaenses pelo governo paulista no decorrer do século XVIII. Arregimentados à força para a composição dos corpos de milícia para novas ocupações, os roceiros pobres buscaram resistir aos recrutamentos para manter seus modos de vida nas terras das vilas paranaenses sob o governo de São Paulo a partir da década de 1730. Instalados em pequenas propriedades nas margens do caminho de Viamão, na rota do intenso comércio de gado entre a capitania do Rio Grande e São Paulo, esses homens e mulheres também desenvolveram função econômica fundamental no abastecimento das tropas e das vilas que formavam as engrenagens da economia do tropeirismo de gado nos Campos Gerais do Paraná.

Palavras-chave: Lavradores pobres. Recrutamentos. Abastecimento.

Abstract: The article analyzes the change in the form of coercion and socioeconomic insertion of poor farmers in the territory of Campos Gerais, in Paraná, by the São Paulo government during the 18th century. Forcibly recruited to form militia corps for new occupations, these poor peasants sought to resist recruitment to maintain their way of life on the lands of the villages of Paraná under the government of São Paulo from the 1730s onwards. On the sides of the Viamão road, on the route of the intense cattle trade between the captaincy of Rio Grande and São Paulo, these men and women also played a fundamental economical role in supplying the troops and villages that formed the gears of the economy of cattle tropeirismo in the Campos Gerais of Paraná.

Keywords: Poor farmers. Recruitments. Supply.

Resumen: El artículo discute el cambio en las formas de coerción e inserción socioeconómica de los campesinos pobres en el territorio de *Campos Gerais* en el estado de Paraná por parte del gobierno de São Paulo durante el siglo XVIII. Reclutados a la fuerza para formar cuerpos de milicias para nuevas ocupaciones, los campesinos pobres buscaron resistirse al reclutamiento para mantener su estilo de vida en las villas paranaenses bajo el gobierno de São Paulo, a partir de la década de 1730. A los lados de la carretera de Viamão, en la ruta del intenso comercio de ganado entre la capitania de Rio Grande y São Paulo, estos hombres y mujeres, también jugaron un papel económico fundamental en el

¹ Artigo submetido à avaliação em maio de 2022 e aprovado para publicação em julho de 2022.

abastecimiento de las tropas y pueblos que formaban los engranajes de la economía de los troperos ganaderos en los Campos Gerais do Paraná.

Palabras clave: Campesinos pobres. Reclutamientos. Suministro.

Introdução: As formas de reprodução social dos lavradores paulistas

Os lavradores pobres da capitania de São Paulo passaram por situações econômicas que se alteraram bastante no decorrer do século XVIII. No começo do Setecentos a rede comercial de onde tiravam seu sustento cresceu significativamente em decorrência das descobertas auríferas em Minas Gerais. Para os paulistas, a produção de gêneros agrícolas que abasteciam as minas se beneficiava dos caminhos de escoamento de metais preciosos, realizado pelas terras paulistas em direção ao litoral. Nesse período, como já comentou Sérgio Buarque de Holanda, o nomadismo dos habitantes menos abastados, muitos com ascendência indígena ou africana forra ou liberta, e em busca das melhores condições trazidas pelos caminhos do ouro, transformava-os em homens e mulheres itinerantes pelo sertão (HOLANDA, 1975, p. 15-37).

Todavia, a partir do segundo quarto daquele século, com a abertura do chamado ‘Caminho Novo’ em 1733, a ligação de Minas Gerais com o litoral passou a ser feita através da capitania do Rio de Janeiro. De acordo com investigações de Stuart Schwartz, essa mudança, somada à estagnação das minas a partir de 1750, levou a economia paulista ao retrocesso de seu comércio, chegando ao ponto da capitania de São Paulo ser extinta em 1748 e anexada ao governo do Rio de Janeiro (SCHWARTZ, 2001, p. 141). Sem conseguir manter o mercado mineiro para a venda dos excedentes da agricultura, e sem possuir um produto próprio para exportação em larga escala, a capitania de São Paulo definiu economicamente.

As formas de reprodução social dos lavradores da capitania nesse contexto em que minguavam as oportunidades foram desenvolvidas ao redor dos centros urbanos, abastecendo os mercados internos das cidades. As roças de subsistência colocavam os lavradores em outra forma de itinerância, plantando entre terrenos que se alternavam com o uso de técnicas indígenas de queimada – a coivara – conhecidas desde as primeiras andanças dos portugueses pelo território paulista, ainda no século XVI. Como escrevia Antônio da Silva Caldeira Pimentel, governador da capitania de São Paulo em carta ao rei D. João V ainda em 1730:

Geralmente se fazem as lavouras pelas terras de mato que cortam e queimam, e a êste respeito lhe chamam roças que, sem mais benefícios que o referido, produzem os mantimentos com o pasmoso excesso ao que nesses

reinos se colhe... na mesma terra ou roça, em que semeiam este ano, o não fazem para o seguinte, mas derrubam e queimam novo mato [e esperam os anos necessários para que na] primeira roça tenham crescidos novas árvores e lenhas para se tornarem a queimar (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 89).

Com essa estratégia de plantio das roças itinerantes, os lavradores pobres ocupavam sazonalmente as matas ao redor das cidades. Lucas Jannoni Soares investigou os lavradores instalados no entorno da sede da capitania de São Paulo, em 1765, três décadas após a abertura do Caminho Novo. Em função da nova situação econômica da capitania nesse período, uma série de vilas paulistas agregava agricultores humildes que forneciam alimentos à cidade de São Paulo. Locais como Atibaia, Areias, Taubaté, Guaratinguetá e Santana de Parnaíba continham essa classe rural de pequenos produtores (SOARES, 2005, p. 81).

Antes de analisar o caso paranaense precisamos considerar a origem do conceito de reprodução social aplicado aos lavradores pobres nesse artigo. O sociólogo Pierre Bourdieu parte do conceito dinâmico de habitus para explicar a reprodução social em meio às condições históricas de classe. A partir das experiências cumulativas com o trabalho nas lavouras e em interação com as condições da conjuntura histórica em que viviam, os lavradores adquiriam habitus que permitiam a reprodução social de suas condições de sobrevivência:

O habitus é um capital, que, sendo incorporado, se apresenta com as aparências de algo inato. Mas por que não dizer hábito? O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, antes reprodutivo do que produtivo. Ora, eu queria insistir na ideia de que o habitus é algo que possui uma enorme potência geradora. Para resumir, o habitus é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós “reproduzamos” as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (BOURDIEU, 1983, p. 105).

Bourdieu investigou o problema da reprodução social dos lavradores franceses desenvolvendo a sua análise em torno das estratégias matrimoniais e de transmissão da propriedade (BOURDIEU, 2004). Nos anos 1990, as suas considerações teóricas a respeito da reprodução social se desenvolveram em torno das estratégias matrimoniais e educacionais, entendendo o papel central da família nesses processos:

Es cierto que la familia y las estrategias de reproducción son socias en este juego: sin familia, no habría estrategias de reproducción; sin estrategias de reproducción, no habría familia [...]. Para que las estrategias de reproducción sean posibles es necesario que la familia exista, lo qual no va de suyo;

además de que esas estrategias constituyen um requisito para la perpetuación de la familia, esa creación continua (BOURDIEU, 2011, p. 48).

A partir dessas reflexões, consideramos, neste estudo, a importância dos indícios do trabalho familiar na manutenção das roças de subsistência, além de outras estratégias utilizadas pelos lavradores pobres no território dos Campos Gerais. A reprodução social das formas de sobrevivência dos pequenos agricultores passava pela manutenção de um habitus, reforçado pelas relações familiares, que condicionava as novas gerações à manutenção de si mesmas e das demais gerações pelo trabalho agrícola. No início do século XX, durante as discussões sobre o lugar do campesinato em meio às etapas de desenvolvimento do capitalismo e da instauração do socialismo na Rússia, o teórico Aleksandr Vasilievich Chayanov realizou as primeiras reflexões sobre o papel da família na lógica de trabalho dos camponeses. De acordo com o agrônomo e economista russo, a família camponesa trabalharia para sanar as necessidades fundamentais da alimentação de seus membros e, em um segundo momento, para produzir capital:

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma certa quantidade de bens. [...] O camponês ou o artesão que gere a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante um ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou, em outras palavras, o produto do trabalho dessa família (CHAYANOV, 2014, p. 105).

Corroborando com as análises de Chayanov, também podemos enfatizar essa compreensão sobre o trabalho familiar dos lavradores a partir de três elementos propostos por Mario Gryspan para a caracterização do campesinato:

O primeiro deles é que camponês é aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir. O segundo é que essa produção se faz, fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar. O terceiro é que, sendo familiar, a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e de consumo (GRYSZPAN, 2005, p. 73).

Nesse sentido, a sobrevivência dos lavradores pobres na fronteira agrária paranaense certamente dependia de relações familiares para o trabalho agrícola. Itinerantes na agricultura de subsistência produzida no entorno das vilas paulistas, esses habitantes eram convocados, coagidos ou mesmo forçados a seguir nas novas lidas coloniais que se

instauraram a partir de 1765. Após a assinatura do Tratado de Madri entre as coroas portuguesa e espanhola, pretendia-se pôr fim às disputas na área platina ocorridas na década de 1750. O marquês de Pombal, no comando da administração governamental do reinado de D. José I, tomou frente pondo em prática um ambicioso plano para garantir a segurança dos territórios e das riquezas da América meridional portuguesa. Extinta em 1748, a capitania de São Paulo foi recriada em 1765 com intenções de “[...] reconstruir um tampão defensivo entre a área hispano-americana e a região da mineração. Paralelamente, cobriria a defesa da capital recém-transferida” (BELLOTTO, 1979, p. 47). Como indica Ciro Flamarion Cardoso, o governo português passava um momento marcado por guerras perdidas contra os espanhóis na fronteira Sul da colônia. Desde 1763, a capitania do Rio Grande de São Pedro estava ocupada pelas tropas espanholas, situação que se estendeu até 1776 (CARDOSO, 1990, p. 119). Além de constituir uma barreira ao avanço dos castelhanos que poderiam chegar a São Paulo, retomar a capitania de São Pedro era parte da missão do Morgado de Mateus, que permaneceria no cargo em São Paulo até 1775.

Sob comando do marquês de Pombal se processava a ocupação de novas terras na América meridional portuguesa. Para isso se faziam necessários diversos agentes de ocupação, e a administração paulista influía na já restrita liberdade dos moradores itinerantes e pobres de São Paulo para alcançar seus intentos. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a administração centralizada da capitania de São Paulo planejava garantir seus domínios ocupando as regiões de fronteira, tentava enquadrar e dominar efetivamente a parcela pobre da população, considerada incômoda por não estar diretamente sob comando dos grandes proprietários.

Ainda em 1766, apenas um ano após chegar a São Paulo, o Morgado de Mateus lamentava que, naquele período, a dinâmica produtiva da agricultura de subsistência praticada pelos habitantes deixasse poucos excedentes no mercado em relação à quantidade alcançada em algumas vilas portuguesas conhecidas pelo administrador. De acordo com as análises de Stuart Schwartz, a Câmara de São Paulo setecentista também fazia frequentes reclamações de que as situações de escassez se deviam à “preguiça” dos pequenos produtores, porém, “[...] não obstante, o cerne do problema eram as restrições sofridas pela produção de subsistência, e não a indolência” (SCHWARTZ, 2001, p. 142).

Nesses casos, acreditamos que as limitações no acesso à terra e a própria qualidade dos terrenos, com o passar do tempo, poderiam reduzir a produtividade agrícola dos roceiros, que privilegiavam a sobrevivência alimentar de suas famílias nas lavouras, limitando os excedentes disponíveis para o mercado. Nessas situações, se tornou frequente o uso dos

termos “vadio” ou “vagabundo” e de suas variantes para nomear os pequenos lavradores e outros habitantes pobres no período colonial do Brasil. Segundo Laura de Mello e Souza, essas denominações usadas na colônia seguiam padrões presentes nas leis portuguesas:

A especificidade assumida pelo termo na legislação portuguesa parece, assim, acusar uma preocupação que se volta sobretudo no combate à ausência de trabalho (vadiagem), o perigo representado pelo caráter andejo do desocupado (vagabundagem) passando para o segundo plano” (MELLO E SOUZA, 1986, p. 56).

A partir dos anos 1990, alguns pesquisadores começaram a questionar essas denominações do período colonial aplicadas sobre a população pobre das Minas setecentistas, indicando a importância da diversificação da economia como um dos fatores responsáveis pela flexibilidade do comércio mineiro após o declínio da sociedade mineradora. Como aponta Ângelo Carrara:

Se a agricultura e a pecuária do tipo escravista voltada para o abastecimento interno colonial foram poderosas e eficientes enquanto durou seu tempo, foram as pequenas lavouras de mantimentos e a pequena criação que garantiram, com uma base técnica restrita, níveis de rendimento agrícola e pastoril tais, que permitiram não só o crescimento ininterrupto da população, como o avanço consequente da fronteira agrícola (CARRARA, 2000, p. 54).

Nesse mesmo sentido, Sheila de Castro Faria apresentou a condição livre dos lavradores pobres no Rio de Janeiro setecentista, onde a presença dessa população era considerada igualmente inconveniente pelos grandes proprietários. Nas considerações da autora:

Longe de serem exceção, “marginais”, “desclassificados” ou componentes do “mundo da desordem”, mesmo a olhos contemporâneos, esses “andarilhos” eram vistos enquanto mão de obra em potencial ou adequados e subjugados ao poder de mando dos “homens bons”; por outro lado, quando livres e autônomos, significavam ameaça à ordem que se queria impor. [...] O governo distante redundava numa liberdade de ação e movimento indesejável ao controle social e ao sossego. A solução seria o aprendizado da obediência e da sujeição (FARIA, 1998, p. 109).

Concordando com as considerações de Ângelo Carrara e Sheila de Castro Faria, entendemos que os pequenos lavradores paulistas e depois paranaenses que mantinham roças voltadas para a subsistência assumiram importante papel no abastecimento das vilas próximas. Suas produções eram inclusive reconhecidas em muitos momentos como importantes pelas autoridades locais das mesmas vilas. Todavia, por recusarem trabalhos em lavouras fixas e em larga escala, os administradores portugueses passaram a desconsiderar

suas roças, taxando-os como preguiçosos, vadios ou simples andarilhos que viviam no ócio, colocando essa população na mira das políticas de ocupação e repressão metropolitanas.

A coerção dos lavradores pobres itinerantes pelo governo paulista se daria nos trabalhos públicos na abertura de estradas no sertão, na manutenção das roças dos presídios militares em localidades avançadas e na composição dos corpos de milícia para guarda e defesa das novas ocupações. Na direção contrária dessas ocupações forçadas, esses lavradores buscavam resistir de diferentes formas para tentar manter seus modos de vida nas terras das vilas paulistas.

Entre a vida nas lavouras e as arregimentações forçadas

Tendo em vista a preocupação com a defesa das fronteiras coloniais após a assinatura do Tratado de Madrid em 1750, o Morgado de Mateus, ao assumir o governo em 1765, recebeu instruções para estender e defender os domínios da região meridional da América Lusitana até a região do Prata. Conforme investigou Maria da Glória Porto Kok, suas metas foram baseadas na exploração do território, juntamente com a possibilidade de ocupação das áreas exploradas. Além do crescimento econômico, a exploração deveria trazer o fortalecimento militar necessário para a defesa do Sul contra a ameaça espanhola e a marcação definitiva das fronteiras na região dos conflitos do Prata (KOK, 1999, p. 70).

Desde finais do século XVII os territórios dos Campos Gerais do Paraná vinham sendo ocupados pelos paulistas, particularmente as Vilas de Paranaguá, Curitiba, Castro e Vila Nova do Príncipe. Inicialmente, havia fazendas de gado – também chamadas de estâncias – e pequenas propriedades estabelecidas nas margens do caminho que ia de Vila Nova do Príncipe a Castro e Curitiba, seguindo até Sorocaba e São Paulo, fazendo parte da rota do intenso comércio de gado entre a capitania do Rio Grande e São Paulo. Em meados do século XVIII os grandes proprietários dessa frente de ocupação planejavam expandir suas posses a Oeste dos Campos Gerais, na direção aos “Coranbang-rê”, denominação Kaingang para os Campos de Guarapuava.

A situação geográfica específica do Planalto de Piratininga – sede da capitania – favoreceu essa exploração, assumindo a função de ponta de lança em direção ao atual Paraná. Na execução dos planos da Coroa para assegurar a posse da América meridional portuguesa até a região do Prata, o Morgado de Mateus organizou e enviou onze expedições militares sucessivas às regiões circunscritas aos rios Tibagi e do Registro, a Oeste das vilas dos Campos Gerais. O referido Morgado encarregou o seu sobrinho, Affonso Botelho de Sampaio

e Souza, chegado de Portugal junto com ele em 1765, de organizar e comandar tais bandeiras. Mobilizou milhares de pessoas, principalmente os lavradores pobres com suas famílias. Em 1768, após três anos como tenente-coronel no comando das milícias de Curitiba e Paranaguá, Botelho foi colocado no comando das expedições rumo aos sertões do Tibagi, mais especificamente aos campos de Guarapuava. Essas expedições se estenderiam até 1773.

Ao efetivar a conquista dos campos de Guarapuava – principal região dos sertões do Tibagi –, Affonso Botelho seria recompensado da “árdua jornada” pelo privilégio de “ter acrescentado aos domínios de Sua Majestade, no governo de V. Ex., estes grandiosos campos e dilatados sertões”. Além dos campos férteis, o comandante via ainda “[...] grandes esperanças de ouro para a parte de Oeste” (SAMPAIO, 1896, p. 263-264). Com esse plano de ocupação, a capitania de São Paulo também buscava encontrar novos pontos possíveis de extração de ouro, uma vez que o esgotamento dos veios de Minas Gerais se mostrava em curso.

Permeando a estratégia de tomada de posse das áreas vulneráveis nas partes meridionais da colônia, o Marquês de Pombal, após a expulsão dos padres jesuítas na década de 1750, decretou uma política de povoamento que procurava direcionar as ações para a ocupação populacional e a colonização dos territórios com “soldados-colonos” (SEVCENKO, 2003, p. 20). Para conseguir esse intento, os representantes da Coroa deveriam encorajar seus homens, mesmo após a arregimentação forçada, a se casarem com mulheres indígenas, assim incorporando nativos e moradores pobres das vilas paulistas como povoadores do sertão fronteiriço, tornando-se, nos termos de Pombal, “soldados-colonos” nas fronteiras do Brasil meridional. Desse modo, as instruções pombalinas de povoamento vieram no sentido de que fossem abolidas as diferenças entre os indígenas nativos da região – os Kaingang – e os lavradores pobres, de modo a transformar os próprios indígenas em gente ‘del’Rey’.

Agindo como povoadores fixos na fronteira, segundo o plano de ocupação pombalino, os indígenas poderiam ainda atrair outros nativos do lado espanhol, os quais também tenderiam a se tornarem povoadores brasileiros. Entretanto, tais políticas de “bom tratamento” aos indígenas não consideravam os próprios interesses dos nativos em participar de tal projeto, ou os processos de negociação e conflito que precisariam ser percorridos em sua tentativa de execução. Cada companhia militar na empreitada pombalina era composta por um capitão-mor das ordenanças, um sargento-mor, oficial de infantaria, um ajudante, capitães, alferes, oficial encarregado de conduzir a bandeira, sargentos, cabos de esquadras e um contingente de até quatrocentos soldados para as tropas, estes últimos arregimentados nas vilas mais próximas, na região dos Campos Gerais (KOK, 1999, p. 78). Nesse grupo, foram

obrigados a participar dos corpos militares da expedição os lavradores pobres de Curitiba, Castro e da Vila Nova do Príncipe (Lapa), deixando muitas vezes suas roças e famílias abandonadas. O impacto da arregimentação desses quatrocentos soldados, convocados em meio a uma população livre de somente 3.956 pessoas em 1772 (WESTPHALEN, 1997, p. 33), poderia significar a retirada de mais da metade dos homens adultos do trabalho nas lavouras das vilas dos Campos Gerais.

Os recrutamentos poderiam não consistir somente em coerções: podemos considerar como algo possível que alguns homens e mulheres pobres se interessassem nas promessas da Coroa aos envolvidos nas expedições. Para o século XVII, Miriam Ellis aponta quatro elementos como os necessários para que os lavradores paulistas se interessassem pela lide colonizatória: a autossuficiência produtiva, o acesso à pequena propriedade, à policultura e à escravidão indígena como mão de obra complementar (ELLIS, 1968, p. 281). A política pombalina, em sentido contrário aos pontos de interesse dos pequenos lavradores, proibia a escravização indígena nas expedições, e a possibilidade de acesso a pequenas propriedades não era planejada, muito pelo contrário: os planos pombalinos reforçavam a necessidade de aperfeiçoamento da agricultura para o abastecimento alimentar das vilas a partir de produções agrícolas fixas e em larga escala. Por fim, Pombal esperava que, por meio dessas medidas, a capitania de São Paulo pudesse encontrar seu próprio produto de exportação em larga escala (LOURENÇO, 2001, p. 14).

Em maio de 1777, na mesma década das arregimentações para os campos de Guarapuava, a Câmara de Curitiba descrevia as diferentes situações em que se encontravam as vilas dos Campos Gerais a partir da condição das roças dos habitantes pobres de cada uma das localidades. Em Curitiba e São José dos Pinhais a lavoura estava em má situação em função de pragas e do excesso de chuvas naquele ano, criando riscos de carestias gerais de mantimentos. Essa condição, por outro lado, poderia fortalecer o interesse dos moradores pobres praticantes da ‘malfadada agricultura itinerante’ a seguirem as tropas rumo a Guarapuava. Todavia, a Câmara de Curitiba também descrevia no mesmo documento a situação de outros vilarejos dos Campos Gerais. O trecho da vila da Lapa e de outras áreas cortadas pelo caminho do Viamão, cuja abertura foi concluída ainda em 1731, mostrava que com o passar do tempo se tornou possível aos pequenos lavradores que migraram para a região melhores condições de sobrevivência em relação às vilas que se encontravam distantes do caminho das tropas. O caminho do Viamão atravessava os Campos Gerais de Sul a Norte, partindo da capitania do Rio Grande, atravessando o território paranaense e seguindo rumo a Sorocaba.

Nessa rota eram transportadas tropas de gado e mercadorias do Sul que serviam para a alimentação e o transporte nas minas setecentistas e, a partir do século XIX, nas plantações de café do Vale do Paraíba. Entretanto, a descrição dos camaristas curitibanos no “Termo de veriança de 14 de Mayo de 1777” sobre os lavradores pobres dos Campos Gerais instalados na rota das tropas indicava uma situação econômica considerada até então inédita:

Os [moradores] da Freguezia de Santo Antonio da Lapa e dos Campos Gerais, por que as terras são mais férteis e porque abexarão digo e porque abeirão a estrada que vem de Viamão para São Paulo por onde pasão tropas que gastão muitos mantimentos, fazem vida da Lavoura pella utilidade que exprementão e por isso abundão demais quantidade dellas porem nem assim exsede atanta porpusão que se possa esperar dellas a quella abondancia necessária para apresente ocazião porá a qual nunca houve exzemplo de sepoder esperar tão grande consumo de mantimentos (NEGRÃO, 1927, p. 14-15).

Nessa perspectiva, compreendemos que a recusa dos lavradores da Lapa e dos Campos Gerais em adentrar nas tropas recrutadas para os Campos de Guarapuava teria explicação na capacidade de reprodução daquele modo de vida, conquistada pelo dito próspero comércio dos excedentes agrícolas com os tropeiros que passavam pelo caminho do Viamão, cujo trânsito de animais já ocorria há quase meio século em 1777. Como podemos notar no relato, os lavradores instalados nas vilas atravessadas pelo caminho das tropas rumo a Sorocaba tinham o reconhecimento dos próprios camaristas de que conseguiam fazer e reproduzir seus meios de vida a partir das roças que mantinham, as quais se mostravam muito úteis ao comércio de tropas, ultrapassando as expectativas no “grande consumo de mantimentos” que eram comercializados na região. Porém, aos olhos mais distantes, na sede do governo colonial em São Paulo, aos mesmos lavradores se vinculava a imagem da ociosidade e vadiação. A resistência por meio das tentativas de fuga pelos lavradores arregimentados – ocorridas geralmente nas épocas de plantio, colheita e negociação com os tropeiros que seguiam com seus animais pelo caminho de Viamão – certamente estavam entre os motivos das sucessivas deserções.

A atividade comercial nas vilas da rota do caminho de Viamão estava calcada no aluguel de pastagens – as chamadas invernadas – para as tropas de muares e bovinos vindas de Vacaria rumo à feira de Sorocaba, de onde seguiam, na maioria das vezes, para Minas Gerais. Segundo o viajante francês Saint-Hilaire que esteve nos Campos Gerais no início do século XIX, cada tropa vinda do Rio Grande do Sul chegava a invernar, nos Campos Gerais, entre quinhentas e seiscentas mulas ao mesmo tempo (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 24).

Montados em cavalos ou burros, os tropeiros seguiam por essa estrada, atravessando o planalto catarinense, via Lages. Depois alcançavam Rio Negro, onde estava instalado um registro para cobrança dos impostos sobre todos os animais vindos do Rio Grande desde 1732. Seguindo até os Campos Gerais, parando pelos povoados e vilas abertos pelo caminho, chegavam finalmente a Sorocaba, onde o gado e os muares eram vendidos. Era durante essas estadias para o descanso e engorda dos animais que os lavradores pobres realizavam o comércio de seus excedentes agrícolas, fazendo vida da lavoura em áreas próximas às invernadas de aluguel de pasto.

Nessa teia comercial que reforçava as possibilidades de sobrevivência na região, os alistamentos militares certamente eram encarados como as últimas alternativas para alcançar a sobrevivência. Para evitar o recrutamento e manter as suas roças, os lavradores também podiam, em último recurso, buscar refúgio em terrenos pouco acessíveis aos arregimentadores, plantando roças de subsistência e vivendo em paióis construídos em áreas escondidas em meio às matas. Em tempos de expedições e guerras, parte das colheitas também era requisitada para alimento das tropas, muitas vezes sem o devido pagamento, conforme já notou Helen Osório estudando o mesmo contexto na província do Rio Grande (OSÓRIO, 2008, p. 60). Dessa forma, ao se esconderem da arregimentação e fazerem suas roças nesses locais afastados e ocultos das autoridades responsáveis pela arregimentação, os lavradores pobres também se protegiam da requisição obrigatória de suas roças para a alimentação das tropas.

Também estava difundido entre a população das vilas paulistas do território paranaense o pavor dos ataques indígenas, considerados comuns durante as entradas no sertão a ser explorado. Nesse ínterim, em 12 de fevereiro de 1772 o Morgado de Mateus incitava os moradores pobres das vilas dos Campos Gerais a formarem uma bandeira rumo ao “vasto e inculto” sertão do Tibagi com outras promessas. De acordo com o documento, tais serviços seriam recompensados com o perdão de todos e quaisquer crimes:

[...] com os grandes prêmios e mercês de senhorios de terras, Alcaldarias mores, Foros de Fidalgo e Habitos de Christo, como o mesmo Senhor, pelas suas Reaes Ordens, me permite, além de terem preferencia nas datas de terras e agoas mineraes que se descobrirem por aquelles sertoens, a cujo fim se dirige esta deligencia e a fazer meter de paz, domesticar e civilisar os Indios habitadores delles e ultimam.te metelos no Gremio de nossa Santa fé Catholica. E p^a este fim concedo em nome de S. Mag.e, perdão geral a todos os criminosos comprehendidos em quaesquer crimes q.’ se quizerem empregar neste utilissimo serviço sem q.’ dependão p.^a a total absolvição dos crimes q.’ tiverem mais do que empregar-se nelle como fieis Vassalos de S. Mag.e, com reservas somente daquelles crimes que o mesmo senhor houver

por bem exceptuar deste indulto (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1901, p. 50).

No mesmo período, o governo paulista exortava pessoas de qualquer extrato social a explorarem o sertão do Tibagi, então renomeado como “Minas dos Prazeres do Tibagi”. Pretendia, assim, seduzir a população para que participasse do projeto (SAMPAIO E SOUZA, 1962, p. 118-119). Embora fosse acompanhado de promessas de concessão de terras, o afastamento das áreas de comércio de gado e, conseqüentemente, da possibilidade de venda dos excedentes das lavouras, tornava o rumo do sertão menos atrativo que as roças que esses lavradores pobres conseguiam plantar próximas do caminho das tropas nos Campos Gerais. Nesse sentido, embora não tenhamos encontrado dados do número médio de deserções, verificamos que o Morgado de Mateus tentava evitar a todo custo que se espalhassem boatos e notícias sobre as dificuldades enfrentadas pelas primeiras bandeiras enviadas aos campos de Guarapuava e demais regiões do sertão do Tibagi. Apenas um mês após a publicação das promessas, em 12 de março de 1772 a autoridade colonial ordenava que as pessoas:

[...] mal intencionadas, que com palavras sediciozas entrem a embaraçar os progressos desta import.e diligencia, [...] sejam logo prezos, e remetidos a minha ordem a este corpo da Guarda p^a serem remetidos por tempo de dous annos a trabalhar nas galés das Fortalezas, na forma das ordens de S. Mag.e (ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1894b, p. 92).

As coerções não se limitavam aos moradores que se mostravam explicitamente contra as expedições. Um bando publicado na capitania de São Paulo ainda em 1766 proibia que os lavradores ficassem dispersos pelas matas, impondo penas aos que se encontrassem nesses locais durante as arregimentações (LEONZO, 1979, p. 35) A situação se mostrava similar à encontrada por E. P. Thompson com relação à Lei Negra instaurada pela coroa britânica em 1723 na Inglaterra, que acabou decidindo que as formas costumeiras de uso das matas pelos pobres britânicos se tornassem crimes (THOMPSON, 1997, p. 245-296). Tentando evitar as fugas dos lavradores pobres que seriam recrutados nas expedições aos sertões do Tibagi, o governo paulista ordenava às autoridades das vilas dos Campos Gerais que se congregassem “[...] todos os vadios, e dispersos, ou que vivem em sítios volantes, para morarem em povoações civis” (ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1894a, p. 117).

A mais conhecida das doze expedições com destino aos Campos de Guarapuava foi a décima primeira, organizada e comandada pessoalmente por Afonso Botelho ainda em 1772. Os diversos relatos e documentos cartográficos elaborados por ele tiveram a finalidade de especular e calcular a possibilidade da existência e conseqüente exploração de minas na

região. Além disso, o militar tinha a missão de inventariar os indígenas, indicando a localização precisa das aldeias – por isso, teve-se ao contato com os então denominados Xaklan, reconhecidos no final do século XIX como os Kaingang. Uma das preocupações das expedições de Afonso Botelho era a comunicação amistosa com os nativos da região, seguindo a determinação da política indigenista estipulada pelo Marquês de Pombal.

Como havia normas para a realização de contatos pacíficos, os indígenas não deveriam ser atacados, mesmo se considerados “bárbaros”. Como escreveu Afonso Botelho, “[...] ainda que os índios, como bárbaros, lancem alguma surriada de flechas, deve o capitão ter instruído a sua gente, não atirem, nem façam mal, antes que lhes batam as palmas, e procurem fazer aqueles sinais, que for possível, para mostrar-lhes quererem paz” (SAMPAIO E SOUZA, 1962, p.79). Uma vez concluído o reconhecimento da região, após os indígenas terem sido presenteados e supostamente convencidos pelo discurso de brandura das tropas, a intenção seguinte era a de subjugar-los. Tendo as tropas obtido a garantia de submissão dos indígenas à Coroa portuguesa, os nativos e os lavradores pobres arregimentados se tornariam, respectivamente, súditos de Portugal na colônia e “[...] guardiões das fronteiras do Brasil meridional” (AMOROSO, 2003, p. 36). O discurso formado nos anos anteriores às bandeiras organizadas por Morgado de Mateus lembrava aos oficiais a cautela necessária no contato com os indígenas. De acordo com os relatos, os Kaingang da região eram culpados por ataques e mortes de viajantes e moradores vindos de São Paulo em direção aos Campos Gerais, ou daqueles que seguiam para a capitania de Rio Grande. Na visão do governo metropolitano, tratava-se de grande prejuízo para o comércio tropeiro, e isso deveria ser contornado.

Após meses caminhando pelas matas já reconhecidas nos quatro anos anteriores pelas expedições que a anteciparam, o contato entre a expedição de lavradores arregimentados por Afonso Botelho e os indígenas nos Campos de Guarapuava finalmente aconteceu em janeiro de 1772. De acordo com os relatos do comandante, a comunicação inicial se deu com certa reciprocidade nos primeiros contatos da tropa com os nativos. Logo em seguida, os primeiros “tratos de amizade” foram substituídos por um ataque que matou sete soldados do destacamento de Botelho. A historiografia do contato considera que a motivação do ataque foi o interesse indígena por ferramentas e armas de fogo, demonstrando conhecimento do poderio ofensivo das tropas portuguesas (TAKATUZI, 2005, p. 20).

Como eram poucos os recursos bélicos e alimentares da tropa de lavradores para sustentar a defesa frente a um novo ataque dos Kaingang naquele momento, o comandante decidiu bater em retirada, obrigando a tropa a levantar acampamento poucos dias depois do

primeiro contato. Ainda na esperança de cumprir a missão recebida do Morgado de Mateus, um ano depois, em novembro de 1773, Botelho enviou uma última expedição aos campos de Guarapuava no século XVIII, teoricamente pronta para recorrer à violência. Todavia, a tropa retornou aos Campos Gerais quarenta dias depois, após sofrer mais uma investida indígena.

Enquanto isso, a atenção das tropas militares da capitania de São Paulo mudava de objeto. Em janeiro de 1774, Botelho recebeu ordens para socorrer as fronteiras da capitania do Rio Grande, onde desde 1763 as indefinições territoriais causadas pelo Tratado de Madri geravam conflitos entre os castelhanos e as tropas luso-brasileiras em posição de defesa na fronteira. Embora os conflitos na fronteira no Rio Grande tenham sido temporariamente definidos com o Tratado de El Pardo assinado entre as coroas em 1778, a ocupação dos campos de Guarapuava deixou de ser prioridade diante do confronto ocorrido mais ao Sul.

Concomitante ao encerramento sem êxito das expedições para Guarapuava, alguns anos mais tarde, em 1777, a Câmara de Curitiba, nos Campos Gerais, demonstrava o descontentamento da vila com a política de recrutamentos de seus habitantes realizada pelo Morgado de Mateus para as tropas de Afonso Botelho. Segundo os camaristas curitibanos,

[...] logo segue-se criarem-se seis companhias de auxiliares de pé e de cavalo, obrigados a um quase contínuo exercício, como tropas pagas, com que ficou grande número de povo, que é pequeno, impedido para o trabalho da mineração e plantação, e aumentada a decadência e miséria do povo. Inventaram-se expedições de gente para vadearem os sertões do Tibagi, e posto que se pagavam os jornais ou soldos do seu trabalho, este nem era bastante para os mesmos, quanto mais para suas famílias, e assim aumentou-se a desgraça (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 80).

Em suas reclamações, a Câmara citava o baixo soldo pago aos arregimentados. Dessa informação podemos inferir que, embora pobres, os lavradores conseguiam produzir a sobrevivência de suas famílias de maneira mais adequada nas roças na beira do caminho de Viamão que com o pagamento pela entrada nas expedições do sertão rumo a Guarapuava. Esse pode ser mais um motivo das seguidas deserções. Em 1772, o Morgado de Mateus já havia instituído que se limitasse o tempo de trabalho dos lavradores arregimentados nos trabalhos de proteção da fronteira do Rio Grande do Sul, ordenando que retornassem ao trabalho em suas próprias roças assim que as fortificações planejadas fossem construídas, visando diminuir a resistência às tropas. Nas ordens do governador, “logo que ele acabasse lhes restituiria as suas Liberdades, deixando-os em todo o sucesso continuarem suas lavouras [...] pois este será o único meio com que se poderá conseguir o aumento da agricultura, e de famílias, para se fazerem nestes vastíssimos Domínios as Povoações de que tanto se

necessita” (ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1895, p. 109). Entretanto, o tempo de serviço dificilmente deixava de afetar os períodos de trabalho nas roças, mesmo para aqueles que não estavam arregimentados. Em 1777, no período das expedições para as guerras na fronteira ao Sul, os lavradores dos Campos Gerais continuaram obrigados a ceder seus animais e suas produções agrícolas para as tropas. Segundo os camaristas curitibanos, na continuidade do relato:

Agora ultimamente, nestes dois anos, confundiu-se tudo, porque além de serem os auxiliares obrigados a se fardarem com uniformidade, fazendo-os violentamente passar de pobres descalços a homens de gravata, para o que uns venderam as poucas vacas que possuíam, outros as éguas, de que tiravam a utilidade para se vestirem e as suas famílias, com o pobre e grosso algodão, todo o mais geralmente foi obrigado a dar as bestas mansas que possuíam, e a maior parte dos mantimentos que tinham para o seu necessário sustento, para as grandes tropas que transitaram no ano passado e neste, para as chamadas guerras do Sul (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 81).

A reclamação da Câmara de Curitiba permite a compreensão de que, mesmo sem muitas posses, os lavradores pobres dos Campos Gerais também mantinham alguns animais que garantiam o complemento para a sobrevivência baseada na produção agrícola. Segundo o viajante Auguste de Saint-Hilaire, de passagem pela região em 1820, da ordenha das poucas vacas se fazia o queijo. O leite se configurava como o alimento mais importante dos moradores pobres e dos escravizados. Da posse desses animais também dependia o adubo das terras e o complemento do trabalho das roças dos pequenos lavradores. Como descreve o viajante francês, “[...] quando se quer cultivar no campo, começa-se a fazer o gado estacionar aí [para estercé-lo]; depois trabalha-se a terra, e se semeia à mão, e cobrem-se os grãos fazendo passar por cima, à maneira de grade, a copa de uma árvore puxada por bois” (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 18). Nesses casos, as poucas cabeças de gado também eram utilizadas como arados adaptados na cobertura das sementes. Considerando a importância que os animais possuíam no trabalho e alimentação para os lavradores pobres, os recrutamentos forçados e a tomada sem pagamento dos animais e colheitas traziam, com certeza, impactos profundos sobre os habitantes pobres de toda a capitania, e em especial sobre a região dos Campos Gerais, a mais acionada em termos humanos e materiais para as expedições rumo os campos de Guarapuava.

Considerações finais

Após a saída do Morgado de Mateus do governo da capitania em 1775, os governantes que o sucederam até o final do século XVIII trataram de alterar as linhas de ação

da capitania na questão dos alistamentos forçados para as expedições de ocupação de novas áreas. Em 1794, por exemplo, o governador Bernardo José Lorena escrevia ao capitão Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandante da recém-ocupada vila de Lages, localizada na região costeira, a respeito do pedido de um soldado para se ausentar das tropas para se casar na mesma vila. Em resposta ao pedido, o governador Lorena era enfático: “Póde vmce dar licença p^a se cazar o sold^o João Baptista, a vista de que vmce pondera, porem de nenhuma sorte aos outros, porque Soldados destacados não são Povoadores” (FRANCO, 1943, p. 149).

Podemos levantar algumas interpretações dessas considerações de Bernardo Lorena a partir do histórico das formas de resistência utilizadas pelos lavradores pobres paulistas daquele período: aos olhos dos políticos paulistas, os soldados não podiam se tornar povoadores nas mesmas vilas em que cumpriam o recrutamento para não aumentarem as baixas nas tropas ao formarem família e preferirem a lavoura ao serviço nas tropas. Ao mesmo tempo, esses mesmos soldados, oriundos da condição de lavradores que haviam deixado suas roças e vilas de origem para acompanhar as tropas, poderiam não ter interesse real em se tornar povoadores nas regiões em que serviam às tropas do governo, usando do artifício do casamento para conseguir liberação das expedições e o subsequente retorno às suas vilas de origem. Aumentariam, assim, o contingente dos desertores. Nesse sentido, divergindo da política pombalina, o governo paulista dos anos finais do século XVIII se afastava da alternativa de forçar os moradores pobres a se tornarem povoadores das novas ocupações por meio dos recrutamentos.

Após a experiência com o abastecimento das tropas e vilas no Caminho do Viamão durante quase todo o Setecentos, a motivação para esses lavradores penderem para o estabelecimento nas novas terras estava ligada não apenas ao acesso à terra estabelecido nos ditames régios de instauração do processo de ocupação regional. A fixação também passou a ser estimulada pelo estabelecimento de relações de comércio que garantissem a sobrevivência a partir da comercialização dos excedentes de produção das lavouras, em direção oposta à coerção para o trabalho nas tropas ou mesmo nas grandes propriedades dos fazendeiros dos Campos Gerais. Com a chegada da família real ao Brasil em 1808, os planos de efetivação da ocupação de Guarapuava voltaram à tona com a crise de abastecimento que se estabeleceu no Rio de Janeiro (PONTAROLO, 2019, p. 59-69).

Com as experiências acumuladas nas lavouras do caminho de Viamão durante o século XVIII, o lugar dos lavradores pobres dos Campos Gerais deixou de se limitar à formação dos corpos de milícia para as expedições de conquista, assumindo o papel de povoadores com direito régio à pequenas parcelas de terra nos Campos de Guarapuava a partir

de 1809. O vínculo com o mercado de abastecimento das tropas no caminho de Missões, aberto atravessando a região a partir de 1840, possibilitou a expansão das formas de reprodução social e resistência dos lavradores pobres migrados para as terras do Oeste paranaense oitocentista.

Referências

- AMOROSO, Marta Rosa. Guerra e mercadorias: os Kaingang nas cenas da ‘Conquista de Guarapuava’. In: AMOROSO, Marta Rosa et. al. (org.). *Do contato ao confronto: a Conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: Expomus, 2003. p. 27-41.
- ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo*. São Paulo: Typographia da Casa Ao Mercurio, 1894a. v. 6.
- ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo*. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1894b. v. 7.
- ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo*, São Paulo: Typographia da Industrial de São Paulo, 1895. v. 9.
- ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo*. São Paulo: Typographia Andrade & Mello, 1901. v. 33.
- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. v. 1.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *El baile de los solteros: la crisis de la sociedad campesina en el Bearne*. Barcelona: Ed. Anagrama, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Las estrategias de la reproducción social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- CARDOSO, Ciro F. S. A crise do colonialismo luso na América portuguesa, 1750-1822. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 111-128.
- CARRARA, Ângelo. A Capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. *História Econômica & História de Empresas*, ano 3, n. 2, p. 47-63, 2000.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horacio Martins de (org.). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

ELLIS, Miriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira – tomo 1: a época colonial*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRANCO, Arthur Martins. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Tipografia João Haupt & CIA, 1943.

GRYSZPAN, Mario. Campesinato. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 72-75.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.

KOK, Maria da Glória Porto. *O Sertão Itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. 1999. 422f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*. 1979. 415f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

NEGRÃO, Francisco (org.). *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba: documentos para a História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927.

OSÓRIO, Helen. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 1: concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. p. 43-62.

PONTAROLO, Fabio. *Terra, trabalho e resistência na fronteira agrária: história dos “povoadores pobres” em Guarapuava (século XIX)*. 2019. 365f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Comarca de Curitiba (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. A Descoberta dos Campos de Guarapuava. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo XVIII, p. 263-288, 1896.

SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, conforme as ordens de Sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, v. 76, 1962.

SCHWARTZ, Stuart. *Roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino. In: AMOROSO, Marta Rosa *et. al.* (org.). *Do contato ao confronto: a Conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: Expomus, 2003. p. 15-23.

SOARES, Lucas Jannoni. *Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América Portuguesa: São Paulo (1765-1775)*. 2005. 127f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. 2005. 158f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Afinal, existiu ou não, regime escravo no Paraná? *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 13, p. 25-63, 1997.